



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

Contrato de prestação de serviços de acesso à internet, (link de internet, do tipo IP Dedicado), que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

*Pelo presente instrumento a UNIÃO, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS,, doravante denominado Contratante, e a empresa xxxxxxxxxxxxx., inscrita no CNPJ sob n. xxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxx, nº xx, na cidade xxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxxxxxxxxxx, representada neste ato pelo Sr. xxxxxxxxxxxxx, portador da Carteira de Identidade n. xxxxx e do CPF n. xxxxxx, telefone: (xx) xx, e-mail: [xxxxxx](#), doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2019 -Processo SEI 0000143-42.2019.6.12.8000 e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520/2012, com suas alterações posteriores.*

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de acesso à Internet para os prédios ocupados pelo TRE/MS, no Estado de Mato Grosso do Sul (Cartórios Eleitorais e outras localidade), através de links dedicados.

1.2 A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência, que segue anexo a este termo contratual.

1.3 Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1 Edital do Pregão n. xx/2019;

1.3.2 Termo de Referência (Anexo – I);

1.3.3 Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 As especificações e informações técnicas deverão atender às disposições dos Capítulos III, IV, V e VI do Termo de Referência.

2.2 A execução dos serviços deve obedecer às legislações pertinentes às atividades desenvolvidas, devendo, nos casos em que houver dúvida ou opção de execução, sempre apresentar a melhor e mais completa solução para o TRE/MS.

2.3. Faculta-se ao TRE/MS solicitar a ativação dos links de acesso à internet durante a vigência do contrato, respeitando sempre o quantitativo máximo permitido, bem como desativação de links em uso, de acordo com sua demanda.

2.4. O TRE/MS fará uso dos serviços de acordo com a sua efetiva necessidade, pagando à(s) empresa(s) contratada(s) apenas os valores referentes aos serviços efetivamente utilizados.

2.5. Por ocasião da assinatura do contrato decorrente desta contratação, o TRE/MS entregará à operadora contratada listagem com as localidades e endereços a serem inicialmente atendidas.

2.5.1. O TRE-MS pretende solicitar a instalação dos itens 1 ao 41, exceto subitem 2.8 no ato da assinatura do contrato.

2.6. Os links do item 42 ao 80 e subitem 2.8 serão usados conforme necessidade do TRE-MS, e sem datas previstas para suas instalações.

2.6.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do item 42 ao 80 se compromete a instalar o link, quando solicitado, em qualquer endereço da área urbana na respectiva cidade, desde que seja tecnicamente viável.

2.6.2. A empresa vencedora do subitem 2.8 se compromete a instalar o link, quando solicitado, em qualquer endereço da área urbana de Campo Grande – MS, desde que seja tecnicamente viável.

2.7. Em caso de não utilização dos quantitativos estimados dos serviços, será efetuada a correspondente supressão do pagamento dos itens não utilizados.

2.8. Faculta-se ao TRE/MS solicitar alteração de endereço de instalação dos links de acesso à Internet durante a vigência do contrato.

2.9. Em caso de necessidade de alteração de endereço de um dos locais de instalação por parte da Justiça Eleitoral, com o objetivo de ficar o menor tempo possível sem comunicação de dados, caso necessário, um novo link poderá ser instalado no endereço destino. Ao finalizar a mudança de endereço do prédio da Justiça Eleitoral, o link do endereço origem será desinstalado.

2.10. Durante o processo de mudança de prédio da Justiça Eleitoral, caso o novo link no endereço destino tenha sido instalado, serão faturados tanto o link do endereço origem quanto o link do endereço destino.

2.10.1. O valor a ser cobrado pelo link do endereço destino deverá corresponder ao valor cobrado pelo link do endereço origem.

2.11. Fica limitado o quantitativo de 15% (quinze por cento) do total de links vencidos por uma mesma empresa para ser usado, de forma simultânea, para alteração de endereço de instalação, observando um quantitativo mínimo de 01 (um) link de mudança por empresa vencedora.

2.12. O links a ser instalado no endereço destino deverá obedecer as mesmas características técnicas do link instalado no endereço origem.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 O objeto deste contrato será executado através de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS

4.1 O período de vigência deste contrato é de **12 (doze)** meses, contados da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado em conformidade com as disposições da Lei n.º 8.666/93.

4.2 O prazo de **instalação** dos links é de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data de solicitação feita pela equipe do TRE/MS.

4.3. No caso de **falha** no funcionamento da solução contratada, o prazo para reparo será de:

a) **Para o item 1:** no máximo, 08 (oito) horas, contadas da notificação do problema junto à central de atendimento.

a.1. No período eleitoral, entendido este como o lapso temporal de doze dias que antecedem aos pleitos eleitorais e considerados também os dois dias subsequentes a cada turno das eleições, a solução dos problemas constatados pela fiscalização deverá ocorrer no prazo máximo de 04 (quatro) horas.

b) **Para os itens 2 a 80:** O prazo para reparo será de, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação do problema junto à central de atendimento.

b.1. No período eleitoral, entendido este como o lapso temporal de doze dias que antecedem aos pleitos eleitorais e considerados também os dois dias subsequentes a cada turno das eleições, a solução dos problemas constatados pela fiscalização deverá ocorrer no prazo máximo de 12 (doze) horas.

4.4. O recebimento provisório e definitivo será realizado conforme os prazos estabelecidos no art. 73 da Lei n.º 8.666/93.

4.5. As prorrogações de prazos, de início, de conclusão e entrega dos serviços, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

4.5.1. Não serão computados nos prazos contratuais os dias em que ocorram fatos impeditivos à execução dos serviços, alheios à vontade da contratada, devidamente comprovados e abonados pela Administração, não se encaixando neste item os atrasos de fornecedores, transporte, materiais e

equipamentos, bem como problemas com mão-de-obra, e outros vinculados à necessária gerência e previsão do contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas com recursos a serem aprovados na Lei Orçamentária Anual 2019, Ação: 02.122.0570.20GP.0054 – JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA, Elementos de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros.

5.2. As despesas que vierem a ocorrer em exercício posterior serão custeadas com recursos previstos em proposta orçamentária que será indicada por ocasião da utilização dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA- DO PREÇO

6.1. O valor total desta contratação é de **R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, conforme estabelecido na tabela abaixo:

Item 01: Link dedicado – Secretarias do TRE/MS

Subitem	Descrição	Local	QTDE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL ANUAL (R\$)
1.1	Link dedicado de dados 40 Mbps	Campo Grande/MS – prédio-sede TRE/MS	01		

Item 02: Links dedicados – Outras localidades da Justiça Eleitoral em Campo Grande/MS

Subitem	Descrição	Local de instalação	Qtd	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	GLOBAL
2.1	Link de dados 02 Mbps	Seção Almoxarifado	1			
2.2	Link de dados 02 Mbps	Arquivo Central	1			
2.3	Link de dados 02 Mbps	Fácil Aero Rancho	1			
2.4	Link de dados 02 Mbps	Fácil General Osório	1			
2.5	Link de dados 02 Mbps	Fácil Guaicurus	1			
2.6	Link de dados 02 Mbps	COINF (prédio sede)	1			
2.7	Link de dados 02 Mbps	CIJUS	1			

2.8	Link de dados 02 Mbps	Sem local definido	3		
	TOTAL				

Item 03 ao 06 – Link de dados – 04 Mbps – Municípios no interior do Estado de Mato Grosso do Sul com 2 (duas) ZEs

Item	Descrição	Local de instalação	Qtd	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR GLOBAL ANUAL (R\$)
3	Link de dados 04 Mbps	Corumbá	1		
4	Link de dados 04 Mbps	Três Lagoas	1		
5	Link de dados 04 Mbps	Dourados	1		
6	Link de dados 04 Mbps	Ponta Porã	1		
	TOTAL				

Item 07 ao 41 – Link de dados – 02 Mbps – Municípios no interior do Estado de Mato Grosso do Sul com 1 (uma) ZEs

Item	Descrição	Local de instalação	Qtd	Valor mensal	Valor global - anual
7	Link de dados 02 Mbps	Amambaí	1		
8	Link de dados 02 Mbps	Naviraí	1		
9	Link de dados 02 Mbps	Cassilândia	1		
10	Link de dados 02 Mbps	Fátima do Sul	1		
11	Link de dados 02 Mbps	Nova Andradina	1		
12	Link de dados 02 Mbps	Bataguassu	1		
13	Link de dados 02 Mbps	Aquidauana	1		
14	Link de dados 02 Mbps	Rio Brilhante	1		
15	Link de dados 02 Mbps	Coxim	1		
16	Link de dados 02 Mbps	Paranaíba	1		

17	Link de dados 02 Mbps	Camapuã	1		
18	Link de dados 02 Mbps	Miranda	1		
19	Link de dados 02 Mbps	Maracajú	1		
20	Link de dados 02 Mbps	Bela Vista	1		
21	Link de dados 02 Mbps	Porto Murtinho	1		
22	Link de dados 02 Mbps	Rio Verde	1		
23	Link de dados 02 Mbps	Jardim	1		
24	Link de dados 02 Mbps	Água Clara	1		
25	Link de dados 02 Mbps	Aparecida do Taboado	1		
26	Link de dados 02 Mbps	Eldorado	1		
27	Link de dados 02 Mbps	Sonora	1		
28	Link de dados 02 Mbps	Ivinhema	1		
29	Link de dados 02 Mbps	Caarapó	1		
30	Link de dados 02 Mbps	Bonito	1		
31	Link de dados 02 Mbps	Sidrolândia	1		
32	Link de dados 02 Mbps	Ribas do Rio Pardo	1		
33	Link de dados 02 Mbps	Mundo Novo	1		
34	Link de dados 02 Mbps	Bandeirantes	1		
35	Link de dados 02 Mbps	Costa Rica	1		
36	Link de dados 02 Mbps	Deodápolis	1		
37	Link de dados 02 Mbps	São Gabriel do Oeste	1		
38	Link de dados 02 Mbps	Brasilândia	1		
39	Link de dados 02 Mbps	Nioaque	1		
40	Link de dados 02 Mbps	Chapadão do Sul	1		

41	Link de dados 02 Mbps	Anastácio	1		
	TOTAL				

Item 42 ao 80 – Link de dados – 2 Mbps – Outros municípios no interior do Estado de Mato Grosso do Sul

Item	Descrição	Local de instalação	Qtd	Valor mensal	Valor global - anual
42	Link de dados 02 Mbps	Jateí	1		
43	Link de dados 02 Mbps	Anaurilândia	1		
44	Link de dados 02 Mbps	Nova Alvorada do Sul	1		
45	Link de dados 02 Mbps	Bodoquena	1		
46	Link de dados 02 Mbps	Inocência	1		
47	Link de dados 02 Mbps	Iguatemi	1		
48	Link de dados 02 Mbps	Itaquiraí	1		
49	Link de dados 02 Mbps	Pedro Gomes	1		
50	Link de dados 02 Mbps	Angélica	1		
51	Link de dados 02 Mbps	Sete Quedas	1		
52	Link de dados 02 Mbps	Tacuru	1		
53	Link de dados 02 Mbps	Alcinópolis	1		
54	Link de dados 02 Mbps	Glória de Dourados	1		
55	Link de dados 02 Mbps	Rio Negro	1		
56	Link de dados 02 Mbps	Dois Irmãos do Buriti	1		
57	Link de dados 02 Mbps	Paranho	1		
58	Link de dados 02 Mbps	Aral Moreira	1		

59	Link de dados 02 Mbps	Coronel Sapucaia	1		
60	Link de dados 02 Mbps	Antônio João	1		
61	Link de dados 02 Mbps	Terenos	1		
62	Link de dados 02 Mbps	Vicentina	1		
63	Link de dados 02 Mbps	Batayporã	1		
64	Link de dados 02 Mbps	Taquarussu	1		
65	Link de dados 02 Mbps	Selvória	1		
66	Link de dados 02 Mbps	Figueirão	1		
67	Link de dados 02 Mbps	Caracol	1		
68	Link de dados 02 Mbps	Douradina	1		
69	Link de dados 02 Mbps	Guia Lopes da Laguna	1		
70	Link de dados 02 Mbps	Novo Horizonte do Sul	1		
71	Link de dados 02 Mbps	Juti	1		
72	Link de dados 02 Mbps	Japorã	1		
73	Link de dados 02 Mbps	Jaraguari	1		
74	Link de dados 02 Mbps	Rochedo	1		
75	Link de dados 02 Mbps	Corguinho	1		
76	Link de dados 02 Mbps	Santa Rita do Pardo	1		
77	Link de dados 02 Mbps	Itaporã	1		
78	Link de dados 02 Mbps	Laguna Caarapã	1		
79	Link de dados 02 Mbps	Paraíso das Águas	1		
80	Link de dados 02 Mbps	Ladário	1		
	TOTAL				

6.2. Estão inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, materiais, equipamentos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, e outros necessário ao fornecimento, montagem e instalação de equipamentos), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

6.3. O saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 65, I, b, c/c 65, § 2º, II, ambos da Lei 8.666/93, estando o contratante desde já autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Como condição indispensável à execução do Contrato, a Contratada prestará a garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral, no montante correspondente a **5% (cinco por cento) do valor atualizado total deste contrato**.

7.2. A empresa poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia.

a) Caução em dinheiro: o valor será depositado em conta-caução, na Caixa Econômica Federal, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei n.1.737/1979.

b) Títulos da dívida pública: somente será aceita sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

b) Seguro-Garantia: dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, legalmente autorizada, em favor exclusivamente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, fazendo referência ao objeto do Contrato e à Licitação.

c) Fiança Bancária: A garantia somente será aceita se constar todos os requisitos abaixo indicados:

c.1) Comprometimento da instituição financeira de que atenderá em 72 (setenta e duas) horas, até o valor da garantia, as requisições de pagamento, multas e outras verbas previstas na licitação e/ou contrato formulados pelo Tribunal Eleitoral/MS e legalmente exigíveis.

c.2) Declaração da instituição bancária de que renuncia expressamente aos benefícios previstos no artigo 827 da Lei 10.406 (Código Civil).

7.3. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, garantia em qualquer uma das modalidades acima descritas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura e deverá ter validade até o término da vigência contratual, sob pena de multa prevista na cláusula décima sétima.

7.3.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,01% do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 0,3%, que representa 30 (trinta) dias..

7.3.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor total do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da contratada.

7.3.3. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado no subitem 7.3.2., por quaisquer das modalidades previstas neste Capítulo.

7.3.4. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

7.3.5. O bloqueio efetuado com base no subitem 7.3.2. não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

7.4. Caso a contratada deixe de apresentar definitivamente a garantia, fica sujeita a rescisão contratual, passível de aplicação da penalidade prevista na Cláusula Décima Sétima.

7.5. Sempre que houver acréscimo de valores, prorrogação da vigência do contrato, ou utilização de valor, a garantia deverá ser proporcionalmente atualizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do termo ou da comunicação de execução da garantia contratual.

7.5.1. Feita a opção por uma das modalidades NÃO será admitida a adoção concomitante de outra modalidade de garantia pela CONTRATADA.

7.6. Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação da garantia, sob pena de não se iniciar o prazo de 7 (sete) dias úteis para pagamento.

7.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

7.7.1 Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas “a” a “d” do item 7.7.

7.7.2 A garantia será executada na sua totalidade se os prejuízos sofridos por este Tribunal forem iguais ou superiores ao valor assegurado; se os prejuízos quantificados pelo TRE/MS forem menores que o valor da garantia, será executado somente aquele valor.

7.8. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução completa do contrato, caso não haja sido utilizada nos termos do item 5.4 desta Cláusula, incluindo a comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

7.8.1. Ao final do contrato, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

7.9. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

7.10. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

- c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

7.11. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 7.10.

7.12. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a seguradora e/ou a fiadora será notificada das comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA e das decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal de Serviço, contemplando somente o período dos serviços que foram executados, e encaminhá-la ao TRE/MS, de modo que seja recebida por este com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do vencimento.

8.1.1. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a indicação resumida dos serviços a que se refira, executados no respectivo período de competência, sendo vedada a inclusão de serviços que não tenham sido expressamente contratados/requisitados pelo TRE/MS ou que ainda não tenham sido prestados.

8.2 O ateste pelos serviços efetivamente prestados deverá ser efetuado pela fiscalização do contrato em até 2 (dois) dias úteis após a apresentação da totalidade dos documentos de cobrança previstos.

8.3 O pagamento será efetuado até a data de vencimento expressa na Nota Fiscal/Fatura (desde que apresentada ao TRE/MS no prazo fixado no item 7.1), devidamente atestada pela Administração, acompanhada das seguintes comprovações:

- 1) CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente válida, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda), na qual no corpo dessa Certidão, deve constar a seguinte redação: *"abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991."*, que se referem aos débitos previdenciários (INSS);
- 2) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- 3) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda), devidamente válida;
- 4) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.
- 5) DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES, caso a empresa seja optante.

8.4. A data de início da cobrança dos serviços deverá observar a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.4.1 O pagamento referente ao mês de ativação ou desativação dos serviços será proporcional ao número de dias do mês comercial, considerado este como sendo de 30 (trinta) dias corridos.

8.5. Após o recebimento definitivo dos serviços, os valores a serem faturados deverão, mensalmente, ser cobrados individualizados, conforme descritos na Proposta.

8.5.1. O faturamento dos serviços contratados deverá, caso seja tecnicamente possível, ter sua periodicidade coincidente com os meses civis.

8.6. Face a necessidade de adequação dos pagamentos ao atendimento das metas na execução dos serviços, os valores a serem faturados concernentes aos serviços objeto desta contratação estarão sujeitos à glosa de acordo com níveis de serviço (SLA), independentemente das penalidades previstas na Cláusula Décima Segunda.

8.6.1. Só serão pagos os serviços efetivamente executados e devidamente aceitos e recebidos pela fiscalização.

8.6.2. No caso de aplicação de glosa durante 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses intervalados durante 1 (um) ano, caracterizará inexecução parcial sujeita à aplicação das sanções administrativas, inclusive rescisão contratual.

8.7. O Desconto a ser aplicado pelo não cumprimento do Acordo de Nível de Serviço - SLA (Service Level Agreement) contratado para as conexões dedicadas será assim estipulado:

1. O SLA não estará cumprido caso o somatório de tempos de parada do respectivo enlace exceda o tempo permitido de parada, que é obtido por:

$$T_{\text{permparada_con_ded}} = T_{\text{total_disp_con_ded}} \times (1 - 0,990)$$

onde:

- **Ttotal_disp_con_ded** = tempo total possível de disponibilidade de uma conexão dedicada no respectivo mês
- **0,990** equivale ao SLA de 99%

8.8. Em caso de não cumprimento do SLA (acordo de nível de serviço) contratado, a CONTRATADA se obrigará a conceder um desconto na parcela subsequente (do mês seguinte) de pagamento mensal, observando a seguinte regra:

$$\begin{aligned} \text{Desconto no mês seguinte} = \\ (V_{\text{men_con_ded_PERFIL_X_UF}} / T_{\text{total_disp_con_ded}}) \times \\ (2 \times (S_{\text{PNF}} - T_{\text{permparada_con_ded}})) \end{aligned}$$

onde:

- **Vmen_con_ded_PERFIL_X_UF** = Valor mensal pago pela respectiva conexão dedicada
- **Ttotal_disp_con_ded** = tempo total possível de disponibilidade de uma conexão dedicada no respectivo mês
- **S PNF** = somatório dos PNF (“período de não funcionamento da conexão”) em minutos
- **Tpermparada_con_ded** = tempo de parada permitido de acordo com o SLA contratado

Ou seja, o desconto na parcela subsequente será proporcional a 2 (duas) vezes ao somatório dos PNF, descontado o tempo de parada permitido de acordo com o SLA contratado.

Obs. 1: o PNF – Período de não funcionamento da conexão é o tempo decorrido entre a “abertura de chamado técnico” e a solução do problema, atestada pela equipe técnica da Justiça Eleitoral.

Obs. 2: serão excluídas dos cálculos de PNF as paradas programadas pela equipe técnica da Justiça Eleitoral em conjunto com a **CONTRATADA**.

8.9. Caso a empresa seja OPTANTE PELO SIMPLES e não apresente a DECLARAÇÃO DE OPÇÃO, será RETIDA NA FONTE a alíquota dos impostos definidos pela Lei 9.430/96, não se responsabilizando o Tribunal por impostos retidos em função da omissão ou falta de comprovação da empresa.

8.10. O prazo de pagamento interrompe-se sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento.

8.11. Para fins de atendimento da IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

8.12. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: i = taxa percentual anual do valor de 6%,

$I = i / 365$ " $I = (6/100) / 365$.

8.13. Os preços cotados serão fixos e irrealizáveis nos primeiros 12 (doze) meses. Somente após esse período os serviços poderão ser reajustados mediante negociação entre as partes, momento no qual, será apreciada a possibilidade da aplicação do índice setorial IST ou outro divulgado pela ANATEL, no

período entre o mês básico da apresentação da proposta e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 meses, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = \frac{IMR}{IMM} \times PA, \text{ onde:}$$

PR = Preço reajustado

IMR = Índice do IST ou outro divulgado pela ANATEL do mês anterior ao reajuste

IMM = Índice do IST ou outro divulgado pela ANATEL do mês de apresentação da proposta

PA = Preço anteriormente praticado

8.14. A contratada deverá requerer o reajuste, com base no índice setorial IST ou outro divulgado pela ANATEL que venha substituí-lo, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.

8.14.1. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.14.2. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.15. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

8.16. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O acompanhamento e fiscalização do contrato será de responsabilidade de servidor ou Comissão especialmente designada, a qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada o fiel e correto fornecimento para fins de pagamento.

9.2. A fiscalização tem autoridade para exercer toda e qualquer orientação geral durante a execução contratual.

9.3. As relações entre o Contratante e a Contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

9.4. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da prestação dos serviços, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolarem as previsões do Contrato, do Termo de Referência e os anexos que fazem parte integrante deste Termo.

9.5. Verificada alguma falha na prestação dos serviços, será feito registro formal e informado à empresa Contratada para que proceda à sua correção no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5.1. Depois de transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

9.6 Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitadas as formalidades da Lei 8.666/93, devendo a Fiscalização comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

9.7. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 45 dias de antecedência da ocorrência de fato, quando previsível.

9.7.1. A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não houver previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e que fujam das possibilidades de ajustes previstas nos referidos instrumentos.

9.8. A fiscalização é responsável pela requisição formal de documentos necessários ao pagamento da Contratada, sempre que a Contratada não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidos ou venham a vencer antes do pagamento.

9.9. A fiscalização deverá atestar a nota fiscal dos materiais/serviços, verificando a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do Contratante, procedendo à prévia solicitação de correção, por meio escrito, com recibo da empresa, caso seja necessária.

9.10. A fiscalização deverá manter em arquivo o controle de prazos, saldos contratuais e saldo de empenho, por ventura existente, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

9.11. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações mencionados no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

10.2. Promover, por intermédio da Fiscalização, o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

10.3. Fiscalizar a manutenção das condições habilitatórias por parte da contratada.

10.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato.

10.5. Aplicar penalidades descritas neste Contrato em caso de inexecução das obrigações expostas no Termo de Referência e neste Termo de Contrato.

10.6. Prestar as informações necessárias solicitadas pela contratada para a perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1. Realizar o fornecimento de materiais e/ou equipamentos, caso necessário, e a prestação de serviços decorrente desta contratação na forma e condições determinadas neste Contrato, Edital, e Termo de Referência.

11.2. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização dos serviços.

11.3. Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes a prestação dos serviços e da garantia, como por exemplo: equipamentos e pessoal técnico necessário para a execução do contrato, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeição, vale transporte e quaisquer outras sejam as despesas diretas ou indiretas.

11.4. Manter-se, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. Responsabilizar-se pela contratação de funcionários necessários à perfeita execução do objeto, cabendo-lhe efetuar o pagamento de salários e arcar com todos os encargos sociais previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, entre outras, em decorrência de sua condição de empregadora.

11.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o §1º, do art. 65, da Lei de Licitações e as supressões de serviços não efetivamente utilizados pelo TRE/MS.

11.7. Responsabilizar-se pela manutenção e reposição dos equipamentos e infra-estrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados no Termo de Referência.

11.8. Disponibilizar os serviços de comunicação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, bem como manter durante o período citado, um serviço de atendimento com ligação gratuita (0800), para registro de chamados, acompanhamento/resolução de problemas e esclarecimentos de dúvidas.

11.9. Designar preposto responsável pelo atendimento ao CONTRATANTE, devidamente capacitado com poderes para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto deste contrato.

11.10. Manter confidencialidade acerca de informações sigilosas ou as de uso restrito do CONTRATANTE que tenha acesso na execução dos serviços contratados.

11.11. A contratada não poderá subcontratar, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, nem promover a associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, sem que haja prévia e expressa anuência do Contratante.

11.11.1. A responsabilidade por todos os serviços executados, mesmo os subcontratados, é da empresa contratada, que responderá por todas as exigências da contratação, perante o TRE/MS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS PENALIDADES

12.1. Configurado o descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Termo de Referência (Anexo I), a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena da aplicação das sanções estabelecidas abaixo, garantidas a ampla defesa e o contraditório.

12.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

12.1. Será aplicada a penalidade de **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados neste contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- b) verificação de alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Contrato.

12.2. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **0,5% (meio por cento)** por dia de **atraso na instalação/prestação de serviço**, sobre o valor total do contrato, referente ao item com problema, em caso de atraso superior a 5 dias, contada desde o primeiro dia de atraso e **limitada ao percentual de 20% (vinte por cento)**, correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- b) de **0,5% (meio por cento)** do valor total do contrato, referente ao item com problema, por dia de **atraso no atendimento de chamado de suporte/manutenção**;
- c) de **1% (um por cento)** do valor total do contrato, referente ao item com problema, caso ocorra mais de 3 (três) advertências por escrito referente a mesma falha, ou mais de 5 advertências no computo geral da contratação, ou ainda, caso ocorra descumprimento de cláusulas contratuais;
- d) de **5% (cinco por cento)** sobre o valor mensal contratado, por ocorrência, na **interrupção** injustificada dos serviços;
- e) de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e do encaminhamento do documento fiscal hábil imprescindível, para pagamento**;
- f) de **10% (dez por cento)** sobre o valor total contratado, caso a contratada **deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório**, na forma prevista em lei;
- g) de **15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de desatendimento de demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;
- h) de **30% (trinta por cento)** sobre o valor total contratado, caso a contratada se negar a executar os serviços solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste contrato, levar o TRE/MS à rescisão deste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

12.2.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em 2/3, 1/2 ou 1/3.

12.2.2. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

12.2.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

12.2.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

12.2.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

12.2.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

12.2.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.3. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto
- d) não mantiver a proposta
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

12.4. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO**, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

12.4.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

12.5. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

12.6. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

12.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a critério da Administração.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

13.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a)** Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, "I", letra "e", da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigável**, caso haja conveniência para a Administração deste Tribunal, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

13.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato rege-se pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei 8.666/93 e pela Lei nº 10.520/02, com todas as suas alterações posteriores, pelo Termo de Referência que segue anexo a este termo, bem como pela proposta da Contratada que faz parte integrante deste instrumento, independente da transcrição, e no que não conflitar com o mesmo.

14.2. Aplica-se ao presente contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, bem como a legislação vigente, própria e/ou específica ao objeto deste contrato.

14.3. Em vista da previsão de encaminhamento automático de mensagens eletrônicas pelo sistema de gerenciamento de contratações adotado pelo TRE/MS, fica obrigado o preposto, ou outro representante designado pela contratada, a acessar diariamente o endereço eletrônico informado na proposta de preços, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia da data da comunicação expedida.

14.4. A substituição do endereço eletrônico utilizado pelo proposto/responsável da contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Na forma da Lei é competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande/MS, xx de xxxx de 2019

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX